

Gerencialismo nas pesquisas sobre o cooperativismo nas ciências da administração

Gerencialismo en investigación sobre cooperativismo en ciencias de la administración

Management in research on cooperativism in administration sciences

Lourenço Kawakami Tristão *

lourencotristao@gmail.com

Sérgio Luís Boeira **

sbsergio762@gmail.com

Resumo: A proposta deste estudo foi investigar a influência do gerencialismo nas pesquisas sobre o cooperativismo em revistas brasileiras de ciências da administração. Para alcançar nosso objetivo, reunimos um referencial teórico que: em primeiro lugar, identifica e sintetiza as características do gerencialismo nas ciências da administração; em segundo lugar, distingue claramente as características do cooperativismo, como modelo organizacional dotado de valores e princípios próprios. A partir desse referencial foi possível examinar os artigos da amostra e identificar quando, sob ação do gerencialismo, os valores e princípios cooperativistas estavam sendo desconsiderados. Os resultados dessa etapa foram sintetizados em um quadro. Em seguida, os principais problemas identificados nos artigos classificados como gerencialistas foram discutidos. Dentre esses problemas, destacam-se: abordagens voltadas para a financeirização das cooperativas, conduzindo a perda de autonomia frente ao mercado; abordagens que induzem a substituição da gestão democrática das cooperativas pela delegação das responsabilidades a gestores profissionais. Apesar dos artigos classificados como gerencialistas representarem uma porção menor da amostra, os resultados são preocupantes, pois demonstram que a voracidade do gerencialismo se expande até mesmo sobre o estudo de organizações que possuem valores e princípios explicitamente distintos das empresas maximizadoras de lucro.

Palavras-chave: cooperativismo, gerencialismo; ciências da administração

Resumen: El propósito de este estudio fue comprender la influencia del gerencialismo en la investigación del cooperativismo en las revistas brasileñas de ciencias de administración. Para alcanzar este objetivo, reunimos un marco teórico que: primero, identifica y sintetiza las características del gerencialismo en las ciencias de la administración; segundo, distingue claramente las características del cooperativismo, como modelo organizacional con valores y principios propios. Desde este marco, fue posible examinar los artículos de muestra e identificar cuándo, bajo la acción del gerencialismo, los valores y principios cooperativos estaban ignorados. Los resultados de esta etapa se resumieron en una tabla. Posteriormente, se discutieron los principales problemas identificados en los artículos clasificados como gerencialistas. Entre estos problemas, se destacan los siguientes:

* Doctorando en el Programa de Posgrado en Administración de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

** Profesor en el Programa de Posgrado en Administración y en el Programa Interdisciplinar en Ciencias Humanas de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, Brasil.

enfoques centrados en la financiarización, que conducen a una pérdida de autonomía frente al mercado; enfoques que induzcan a la sustitución de la gestión democrática de las cooperativas por la delegación de responsabilidades a gestores profesionales. Aunque los artículos clasificados como gerenciales representan una porción menor de la muestra, los resultados son preocupantes, ya que demuestran que la voracidad del gerencialismo se expande incluso en la investigación de organizaciones que tienen valores y principios explícitamente diferentes a las empresas maximizadoras de beneficios.

Palabras clave: cooperativismo; gerencialismo; ciencias de la administración.

Abstract: The purpose of this study was to investigate the influence of managerialism in research on cooperativism in Brazilian administration science magazines. To achieve our objective, we have assembled a theoretical framework that: first, identifies and synthesizes the characteristics of managerialism in the sciences of administration; second, it clearly distinguishes the characteristics of cooperativism, as an organizational model with its own values and principles. Based on this framework, it was possible to examine the sample articles and identify when, under the action of managerialism, cooperative values and principles were mischaracterized. The results of this stage were synthesized in a table. Then, the main problems identified in the articles classified as managerialists were discussed. Among these problems, the following stand out: approaches focused on the financialization of cooperatives, leading to a loss of autonomy in relation to the market; approaches that induce the substitution of the democratic management of cooperatives by the delegation of responsibilities to professional managers. Although articles classified as managerial represent a smaller portion of the sample, the results are worrisome, as they demonstrate that the voracity of managerialism expands even on the research of organizations that have values and principles explicitly different from profit maximizing companies.

Keywords: cooperativism; managerialism; administration sciences.

Introdução

Quando pensamos nos tipos de organizações que podem ser objeto das ciências da administração, verificamos que se trata de um universo amplo, composto das organizações mais variadas, cada qual com suas especificidades. Não seria surpreendente esperar que uma das principais problemáticas de interesse das ciências da administração fosse justamente compreender as diferenças entre as organizações, para que pudesse propor soluções adequadas no contexto da consultoria administrativa. Entretanto, nem sempre isso ocorre. Existe uma tendência no interior das ciências da administração, compartilhada por pesquisadores e instituições, que caminha no sentido de reduzir os objetivos organizacionais à eficiência econômica.

Essa tendência nem sempre é explícita, muitas vezes nem mesmo consciente, trata-se de um pensamento enraizado culturalmente nas sociedades centradas no mercado. Dessa busca por reduzir os objetivos organizacionais à eficiência econômica, desdobram-se muitas ferramentas, muitas técnicas de convencimento, e se formam muitos “soldados” do gerencialismo, dispostos a transformar em terra arrasada qualquer lógica que se pretenda emancipatória em relação a esse pensamento já fortemente instituído.

Esse fenômeno foi investigado teoricamente por diversos autores (Guerreiro Ramos, 1981; Tragtenberg, 2006; Gaulejac, 2006). Entretanto, parece ser consideravelmente importante o esforço de desvelar como o fenômeno se apresenta nas pesquisas, especialmente nas ciências da administração, que assumem protagonismo quando os objetos são as organizações. Esses esforços podem respaldar os pesquisadores com exemplos objetivos, melhorando a compreensão de como o gerencialismo afeta negativamente o desenvolvimento das identidades de modelos organizacionais distintos.

Escolhemos o cooperativismo por ser um tipo de organização que possui uma identidade organizacional explicitamente diferente da “empresa que visa maximização de lucros” (EML), conforme proposta de Yunus (2008: 35). Partiu-se do pressuposto de que, devido às distintas e explícitas caracterís-

ticas defendidas historicamente pelo cooperativismo, seria possível apontar com clareza os momentos em que o gerencialismo atua para suprimir essa identidade, o que se confirmou durante o desenvolvimento deste estudo.

Esse artigo se organiza da seguinte forma: na segunda seção procuramos selecionar uma base teórica para identificar o gerencialismo nas pesquisas da amostra; na terceira seção procuramos caracterizar a identidade cooperativista, resgatando parte da sua história e seus princípios; na quarta seção apresentamos a metodologia; na quinta seção apresentamos os resultados; na sexta seção discutimos os principais problemas causados pelo gerencialismo, de acordo com o que foi identificado na amostra; e na última seção trazemos as considerações finais.

1. Ferramentas do gerencialismo na administração, burocracia e racionalidade instrumental

Gaulejac (2007) define o gerencialismo como uma tecnologia de poder e ideologia, que tem a finalidade de exercer o domínio sobre o trabalho. Partindo de uma aparência de neutralidade objetiva e racional, subentende uma representação de mundo que justifica um estado de constante guerra econômica. Concepção enraizada no “imaginário social” da sociedade contemporânea, como forma necessária de conduzir as relações econômicas e sociais. Embora o gerencialismo esteja enraizado nas sociedades contemporâneas de forma ampla, as ciências da administração e a sociologia das organizações têm sido apresentadas como áreas de conhecimento adequadas para a compreensão do fenômeno.

O gerencialismo é um conceito amplo que reúne uma série de valores da sociedade centrada no mercado, tomando-os por características de um paradigma dominante. Dentre suas principais características, com base em Gaulejac (2007), poderíamos destacar: pressões para que as organizações se submetam à lógica financeira; pressão pela desregulamentação (ambiental, trabalhista, etc.), visando facilitar as atividades econômicas; excessos de mecanismos de metrificação e controle; poder de consumo como determinante da cidadania; e a defesa da competitividade irrefletida. Entretanto, essas características representam somente os efeitos mais visíveis de uma estrutura de pensamento que se encontra profundamente enraizado na sociedade contemporânea. Sem o suporte de sofisticadas ferramentas administrativas, como a burocracia e a racionalidade instrumental (considerada aqui como um conceito deteriorado de racionalidade), o gerencialismo não poderia ser assimilado socialmente como algo “natural”.

Desta forma, compreende-se que o entendimento do gerencialismo perpassa a necessidade de aprofundar a compreensão desses conceitos, amplamente estudadas pelos enfoques críticos da administração (frequentemente com a contribuição da sociologia). Com este propósito em mente, procuramos apresentar no início desta seção a perspectiva crítica sobre os conceitos de burocracia e de racionalidade instrumental, a partir dos trabalhos de Maurício Tragtenberg e Alberto Guerreiro Ramos, respectivamente, para ao final construir um quadro de referência que reflita adequadamente as características do gerencialismo.

Tragtenberg (2006) foi um dos principais críticos à burocracia, realizando um trabalho de recuperação das origens desse fenômeno, e seu entrelaçamento com as ciências da administração. Para o autor, as origens da burocracia são muito anteriores às empresas que visam a maximização de lucros (EML), remetem às estruturas de controle do Estado, que têm sua origem nos modos de produção asiático, predominante em civilizações antigas (pré-capitalistas) como o Egito, China e Índia, “a administração, enquanto organização formal burocrática, realiza-se plenamente no Estado, antecedendo séculos ao surgimento na área da empresa privada.” (Tragtenberg, 2006: 17).

A burocracia em sua ambiguidade antecederia então o próprio surgimento das EML, tendo origem na formação dos primeiros Estados, inicialmente como uma ferramenta para organização da produção,

mas logo assumindo características políticas de dominação. Além dessa primeira ambiguidade como *ferramenta/dominação política*, a burocracia apresenta uma segunda ambiguidade como *estrutura organizadora/classe social*, uma vez que pode ser identificada também como a classe que desempenha as funções burocráticas.

Se a burocracia surge já na antiguidade, é somente com a Revolução Industrial na Inglaterra do século XVIII que ela se torna parte das empresas que visam a maximização de lucros (EML). A rígida aplicação da hierarquia, as divisões das tarefas, e a normatização dos procedimentos, assim como a alegação da neutralidade científica por trás dessas estruturas, foram amplamente aplicadas pela administração das indústrias daquela época. Mas é fácil perceber hoje como estas estruturas não possuíam nada de neutro, a perda do controle intelectual do artesão sobre o seu trabalho, a disciplina rígida aplicada aos trabalhadores pelos proprietários das fábricas, as jornadas de trabalho extenuantes e a utilização de mão de obra infantil atendiam aos interesses de classes bem específicas, e a burocracia era a ferramenta que aprimorava e possibilitava o exercício dessa dominação.

Para Tragtenberg (2006) a forma como a burocracia é estudada nas ciências da administração adota uma compreensão errada até mesmo da obra de Weber, que foi o principal estudioso da burocracia. Weber nunca teria sido um apologeta da burocracia, ao contrário, teria sempre deixado clara sua preocupação com os perigos que a burocracia poderia representar para a sociedade, sendo ao mesmo tempo um estudioso e um crítico da burocracia:

O que é real é que Weber estudou a burocracia porque via na sua expansão no sistema social *o maior perigo ao homem*. Estudou-a para criar os mecanismos de defesa ante a burocracia. O que significa burocracia para Weber? A burocracia para ele é um tipo de poder. Burocracia é igual à organização. É um sistema racional em que a divisão de trabalho se dá racionalmente com vista a fins. A ação racional burocrática é a *coerência* da relação entre meios e fins visados (Tragtenberg, 2006: 143, *grifos no original*).

Neste sentido, o importante no estudo da burocracia não seria o de negá-la ou aceitá-la *a priori*, mas compreender o seu sentido, seus fins, e quais devem ser os seus limites, em cada situação. Portanto, para Tragtenberg (2006), a tentativa por parte de Weber de distinção entre juízo de valor e relação de valor não é possível, senão idealmente, uma vez que a influência dos valores permanece em toda ação social. Neste sentido, o caminho para alcançar uma objetividade nas ciências sociais não estaria na negação da referência aos valores, mas no seu contrário, na adoção de que “a premissa de valor deve ser explícita e autorreconhecida” (Tragtenberg, 2006: 129). A crítica de Maurício Tragtenberg foi fundamental no desvelamento da falsa neutralidade burocrática. Por outro lado, Alberto Guerreiro Ramos discutiu profundamente a problemática da deterioração do conceito de racionalidade, propondo uma ciência das organizações que resgatasse os aspectos éticos perdidos.

Guerreiro Ramos (1989) realiza um trabalho de reconceituação das ciências da administração, a partir da crítica à “razão moderna”. Para o autor a racionalidade em seu sentido clássico continha em si no mínimo dois sentidos: a racionalidade instrumental, voltada para o cálculo utilitário de consequências; e a racionalidade substantiva, voltada para a compreensão ética, determinada independente de qualquer expectativa de sucesso. Sua proposta então é que o caráter substantivo da racionalidade seja recuperado. Para o autor, na modernidade, teria sido Weber um dos primeiros a compreender estes aspectos da racionalidade:

Como é amplamente sabido, ele salientou que a racionalidade formal e instrumental (*Zweckrationalit*) é determinada por uma expectativa de resultados, ou “fins calculados” (Weber, 1968: 24). A racionalidade substantiva, ou de valor (*Wertrationalitat*), é determinada “independentemente de suas expectativas de sucesso” e não caracteriza nenhuma ação humana interessada na “consecução de um resultado ulterior a ela” (Weber, 1968: 24-5). Nessa conformidade,

Weber descreve a burocracia como empenhada em funções racionais, no contexto peculiar de uma sociedade capitalista centrada no mercado, e cuja racionalidade é funcional e não substantiva, esta última consistindo de um componente intrínseco do ator humano. (Guerreiro Ramos, 1989: 5)

Para Guerreiro Ramos (1989) embora Weber tenha reconhecido a tensão existente entre essas racionalidades, acabou por não investigar as possibilidades de um sistema social construído com bases na racionalidade substantiva, resignando-se às constatações do domínio da racionalidade instrumental. Outros autores também teriam se debruçado sobre essa tensão entre racionalidades. Karl Mannheim teria reconhecido na racionalidade “substancial” a base da vida humana ética e responsável, afirmando que é na sociedade moderna que a racionalidade “funcional”, antes restrita a esferas limitadas, vem solapar as qualidades éticas; os representantes da Escola de Frankfurt teriam defendido que na sociedade moderna a racionalidade teria se transformado em um instrumento disfarçado de perpetuação da repressão social, essa deterioração do conceito “verdadeiro” de razão teria se utilizado especialmente da “corrupção da fala” e da “desnaturação da linguagem” (Guerreiro Ramos, 1989: 10) frutos da socialização dos indivíduos no sistema industrial moderno, visando o desenvolvimento das forças produtivas, processo que teria retirado das pessoas suas potencialidades de autorreflexão; Eric Voeglin teria argumentado sobre os prejuízos causados pela perda da tensão entre a capacidade reflexiva dos indivíduos e a sociedade na qual vivem, quando a racionalidade instrumental é a única base referência para as ações humanas, a racionalidade de fato não existiria mais, o debate racional já teria se perdido, sobrando somente uma sociedade “sociomórfica” exaurida de qualquer poder criador.

Para Guerreiro Ramos (1989) a transvaliação do conceito de racionalidade é um fenômeno da sociedade centrada no mercado (mercadocêntricas), mas penetra em todos os enclaves sociais, inclusive na concepção de razão das ciências sociais. O processo que levou a “razão moderna” a enraizar-se tão profundamente em sociedades mercadocêntricas é o mesmo que tem transformado o gerencialismo numa ideologia das organizações nessas sociedades. Esse processo passa pela exigência de uma suposta neutralidade nas ciências sociais. De acordo com o autor, tais ciências, limitando-se ao operacionalmente verificável, perdem riqueza simbólica, imaginativa e criadora.

[...] Em contraposição, uma teoria da organização verdadeira e científica tem seus próprios critérios, isto é, critérios que não são, necessariamente, idênticos aos da eficiência social e organizacional. Uma teoria científica da organização não se baseia em sistemas cognitivos inerentes a qualquer tipo de organização existente, mas antes faz a avaliação das organizações em termos da compreensão da conduta geralmente adequada a seres humanos, levando em consideração tanto requisitos substantivos como funcionais. (Guerreiro Ramos, 1989: 50)

As sociedades mercadocêntricas são para o autor unidimensionais, na medida em que nelas a organização econômica é considerada um paradigma segundo o qual todas as outras formas organizacionais são estudadas. Cada organização deveria ser compreendida a partir das especificidades de suas dimensões. O autor denomina “lei dos requisitos adequados” ou ainda “lei da variedade de requisitos” sua proposta de desenho de sistemas sociais, que deveria levar em conta no mínimo as diferenças existentes entre dimensões básicas, conforme sintetizadas no quadro a seguir:

Quadro 01 – Principais dimensões da lei dos requisitos adequados

Dimensões	Características
Tecnologia	Existiria no conjunto de normas operacionais e de instrumentos, desta forma, seria necessário compreender quais tecnologias propiciam ou dificultam um determinado sistema social na consecução dos seus objetivos.
Tamanho	Considera que nem sempre é válido o pressuposto de “quanto maior melhor”, para cada sistema social existe um tamanho que melhor atenderá aos seus objetivos. Nas isonomias, como o autor considera que são as cooperativas, os tamanhos moderados permitiriam o melhor exercício da política necessária para a tomada das decisões.
Cognição	Existiriam diferentes tipos de cognitivos mais adequados aos interesses dominantes de cada sistema social, o <i>funcional</i> , quando da produção e do controle do ambiente, o <i>político</i> , quando do estímulo aos padrões de bem-estar social em seu conjunto, o <i>personalístico</i> , quando do desenvolvimento de conhecimentos pessoais.
Espaço	A recuperação do espaço para a vida pessoal e comunitária, pela delimitação do sistema de mercado, torna-se uma questão fundamental. Nesse sentido, nas isonomias e fenomenias, deveriam prevalecer os espaços socioaproximadores aos espaços socioafastadores, visando aumentar a convivência entre os indivíduos e o fortalecimento das intersubjetividades.
Tempo	Deveria ser considerado na sua multidimensionalidade. Designa algumas formas específicas de concepção do tempo: o <i>serial</i> atende às necessidades da sociedade centrada no mercado, pela quantificação, encadeamento e otimização das atividades; o <i>convival</i> , fundado nos relacionamentos interpessoais, simbólicos e autograticantes, de confiança mútua e empatia; o <i>de salto</i> , que reflete a ânsia do indivíduo pela criatividade e o autoesclarecimento, pertencente ao reino da psique, da descoberta individual (<i>insights</i>); e o <i>errante</i> , que afeta as pessoas que têm uma experiência imprecisa da sua agenda existencial, como o das pessoas marginalizadas, mas que temporariamente pode também contribuir para o desenvolvimento pessoal.

Fonte: Adaptado de Guerreiro Ramos (1989)

Guerreiro Ramos (1983: 159) compreendia as cooperativas como organizações isonômicas, ou seja, em linhas gerais, organizações nas quais seus membros são considerados como iguais, que buscam a atualização pessoal de seus membros, e na qual as decisões são tomadas por deliberação. Desta forma, as pesquisas voltadas para compreender ou propor o desenho social deste modelo organizacional deveriam considerar essas características. Tragtenberg (1986: 57) compreendia o cooperativismo como uma ruptura dentro do sistema capitalista, considerada por algumas tendências do movimento operário como uma forma de transição entre o capitalismo e o socialismo, uma vez que os trabalhadores eram proprietários dos meios de produção utilizados para seu próprio trabalho, mas dependiam do mercado capitalista, estando sujeitos às necessidades de acumulação de capital como qualquer unidade produtiva sob o sistema capitalista. Em suma, a argumentação central de ambos os autores aponta para a necessidade de repensar as ciências da administração, para além do modelo baseando nas empresas que visam maximização de lucros (EML).

Desta forma, procuramos sintetizar a seguir as principais características do gerencialismo, considerando as problemáticas levantadas por Gaulejac (2007), Tragtenberg (2006) e Guerreiro Ramos (1989), construindo um *framework* utilizado como base para identificar o gerencialismo nos artigos analisados na amostra:

Quadro 02 – Pressupostos do gerencialismo

Pressuposto	Como funciona	Burocracia/ Racionalidade instrumental
Produção submetida às pressões da lógica financeira	A produção de todos os bens, mesmo os essenciais como remédios, alimentos, educação, são submetidos a uma lógica de maior rentabilidade. A consequência é o aumento do risco de desabastecimento, e a falta de acesso. A economia não funciona mais em termos de distribuição de recursos, de escassez, de garantia de reservas, opera estritamente a partir de uma lógica dos rendimentos financeiros. Os executivos e trabalhadores são pressionados a adotar a lógica financeira, tanto pela ameaça de perder seus empregos, como pela sedução da participação nos lucros e gratificações com ações das empresas.	Predomina a racionalidade instrumental, pela qual a gestão da produção deve ser feita exclusivamente a partir da lógica da eficiência econômica. A racionalidade substantiva, que tem a ética, a cultura, a tradição, as subjetividades, como características centrais, é subtraída das tomadas de decisão. Somente são considerados os aspectos mensuráveis, aqueles que podem tornar-se números a serem equacionados.
Pressão para a desregulamentação Estatal	Preservação do meio ambiente, prestação de serviços de qualidade, respeito aos cidadãos, são considerados empecilhos à rentabilidade das empresas. Com a mundialização o capital exerce maior poder sobre os Estados nacionais, influenciando as decisões políticas, em prol da desregulamentação.	As EML têm seu foco totalmente voltado para os resultados econômicos. Externalidades não mensuráveis, que podem gerar efeitos negativos sobre outros <i>stakeholders</i> são desconsiderados. Instituições como os governos nacionais são pressionados para adotar padrões de gestão alinhados aos das EML.
Excessos de mecanismos de metrificação e controle	A distância entre os acionistas e os trabalhadores pressiona por critérios de trabalho quantificáveis. As questões que não podem ser metrificadas, e a diversidade, acabam sendo suprimidas pelos mecanismos de controle.	A burocracia assume um novo patamar com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação. Os mecanismos de controle agora podem desenhar metas baseadas em sofisticados cálculos estatísticos, e os resultados podem ser acompanhados pelos acionistas em tempo real.
Conceito de cidadania se confunde com poder de consumo.	Para exercer sua cidadania a pessoa precisa estar inserida dentro do sistema de mercado. As demandas das populações marginalizadas não são atendidas nem pelas empresas nem pelo Estado.	Nas sociedades contemporâneas o conceito de cidadania remete à profissão. Pessoas que não possuem uma posição social dentro do sistema econômico se tornam cidadãos marginalizados.
Reino da expertise	O controle deve ser sempre exercido por especialistas, a pessoa comum é afastada da tomada de decisão, mesmo que os efeitos das decisões recaiam sobre elas. Os especialistas, por sua vez, fazem parte de uma elite, e perpetuam um ciclo de exclusão.	A associação entre o domínio da racionalidade instrumental e os mecanismos de controle burocrático tornam-se o domínio da tecnoburocracia. Qualquer tipo cognitivo que não seja o <i>funcional</i> é marginalizado, e excluído das considerações nos momentos das tomadas de decisões. A classe

		tecnoburocrática ao decidir em prol de seus próprios interesses perpetua um ciclo de exclusão.
Competitividade irrefletida	Vencer se torna um fim em si mesmo, executivos, gestores, e trabalhadores são incentivados a buscar a vitória a qualquer custo, sem questionar as consequências de adotar esse pressuposto de forma irrefletida.	A naturalização da racionalidade instrumental propaga a ideia de que cada sujeito deve voltar-se somente para a consecução dos seus próprios interesses. Questões como a ética, as emoções, as subjetividades, pertencentes à racionalidade substantiva são consideradas irracionais.
Substituição da ética pessoal pela ética gerencial	A ética pessoal, que remete ao indivíduo a responsabilidade pelos seus atos, é substituída por uma ética gerencial que procura suscitar a adesão aos objetivos da empresa. O indivíduo deixa de ser responsável pelos seus atos contanto que esteja seguindo as ordens da empresa.	Uma vez que o sistema burocrático instituído possui regras para determinar os comportamentos adequados, as pessoas perdem a capacidade reflexiva, e a responsabilização pelos seus atos. A burocracia induz as pessoas ao “comportamento” e não a “ação”.

Fonte: Adaptado de Gaulejac (2007), Tragtenberg (2006) e Guerreiro Ramos (1989)

2. Cooperativismo: uma outra história

No Brasil, a partir da década de 1990, a abordagem mais comum dos estudos sobre o cooperativismo tem sido a que o concebe no contexto de um conceito mais amplo, o da economia solidária (Gaiger, 2013; França Filho & Laville, 2004; Singer, 2002). Entretanto, tais perspectivas contêm diferentes compreensões de economia solidária, especialmente no que diz respeito ao seu significado histórico, cuja interpretação perpassa ideias como o resgate de valores tradicionais perdidos, a transição para uma outra economia, ou ainda um caminho intermediário entre a economia capitalista e o socialismo. Por outro lado, todas as abordagens parecem concordar que a economia solidária e o cooperativismo representam propostas de modelos organizacionais distintos das EML, que necessitam ser estudados em suas especificidades, partindo de uma perspectiva crítica em relação ao conhecimento convencionalmente reificado nas ciências da administração. Essa compreensão é coerente com as observações críticas levantadas na seção anterior.

Nesse estudo, optou-se por examinar o cooperativismo individualmente, uma vez que o cooperativismo possui uma densa história própria, sendo essa uma importante característica que tem sido deixada de lado nos estudos das organizações (Chanlat, 2000), assim como instituições voltadas para a proteção de sua identidade específica. Essa escolha não parece ser contrária à perspectiva da economia solidária, mas um recorte que permite examinar o cooperativismo como um modelo organizacional específico dentre os diversos que compõem o espectro da economia solidária. Dessa forma, procurou-se, nessa seção, sintetizar as principais características do cooperativismo, considerando sua história, seus valores e seus princípios. Essas características representam a identidade do cooperativismo que hipoteticamente precisariam ser levadas em consideração pelos pesquisadores no momento de estudar as cooperativas. Nesse sentido, a síntese servirá de contraponto ao gerencialismo examinado na seção anterior.

Pode-se afirmar que a história do cooperativismo é quase tão antiga quanto a das EML, surgindo como uma reação a elas, no contexto da Revolução Industrial. Ao mesmo tempo em que a Revolução Industrial aumentava a produtividade como nunca na história, as estruturas sociais do mundo do trabalho eram fortemente abaladas. A Revolução Industrial deslocou o eixo produtivo das sociedades

da agricultura para as fábricas, gerando forte êxodo rural; simultaneamente tornou obsoleto o trabalho dos artesãos, que não eram capazes de competir com a produção em série. A consequência dessas mudanças para os trabalhadores foi a perda do controle sobre o seu trabalho, transformado em mercadoria a ser negociada com os industriais. O aumento da produtividade e o engenho da produção em série também gerou um excesso de mão de obra, obrigando a competição entre os trabalhadores por empregos. Além disso, a desigualdade de poder entre os detentores dos meios de produção e os trabalhadores se tornou desproporcional. Essas transformações levaram a exploração dos trabalhadores às últimas consequências, incluindo a exploração do trabalho infantil, o desemprego, a fome, e a falta de moradia.

A primeira reação às transformações causadas pela Revolução Industrial veio de pensadores como Saint-Simon, Charles Fourier, Louis Blanc e Robert Owen, entre outros. Esses pensadores procuravam um modelo de sociedade alternativo, que pudesse superar as mazelas que atingiam os trabalhadores. Apesar de comporem um grupo heterogêneo, ficaram conhecidos por “socialistas utópicos”, termo designado pejorativamente pelos marxistas, a partir de Engels (na obra “Do socialismo utópico ao socialismo científico”), para distinguir o trabalho desses pensadores daqueles do marxismo, que consideravam ser o “socialismo científico”. Petitfils (1977) considera os socialistas utópicos como parte de um movimento que romantizava o socialismo, que se difundiu na Europa a partir de 1840, com a multiplicação de escolas, clubes, jornais, associações, dentro de um espírito eclético. Suas ideias seriam as precursoras do cooperativismo moderno.

Dentre esses pensadores, Robert Owen foi possivelmente o que mais contribuiu para o cooperativismo moderno. Klaes (2005) destaca diversas realizações de Owen: o modelo organizacional adotado na indústria têxtil de *New Lanark*, da qual era coproprietário, em que procurou provar ser possível manter uma indústria competitiva mesmo melhorando as condições de vida dos trabalhadores, limitando as jornadas de trabalho, abolindo o trabalho infantil, e oferecendo moradia, alimentação, e educação para as crianças e para os trabalhadores; o seu ativismo político foi responsável por reformas importantes na legislação trabalhista inglesa, entre elas, a redução da jornada de trabalho e o fim do trabalho infantil; a criação de escolas, conhecidas como *Owenites*, voltadas para propagar os princípios de uma sociedade cooperativa; e a criação da “Associação de Todas as Classes de Todas as Nações”, precursora da Aliança Cooperativista Internacional.

Embora as experiências de Robert Owen, e dos demais socialistas utópicos, tenham sido o ponto de partida para o cooperativismo, foram os Tecelões de Rochdale, muitos deles ex-estudantes das *Owenites*, que consolidaram o modelo cooperativista moderno. A experiência desses tecelões é relatada por Holyoke (1933), testemunha ocular dos acontecimentos. De acordo com o pesquisador, em 1843 as indústrias têxteis da cidade de Rochdale passavam por um período de grande prosperidade, porém essa prosperidade não chegava às classes trabalhadoras que viviam em uma situação de grande miséria. Movimentos socialistas realizavam greves e protestos contra a indústria, obtendo poucos resultados em suas lutas. Nesse contexto, um grupo de 28 tecelões (27 homens e 1 mulher) decide adotar uma estratégia de enfrentamento diferente: em vez do conflito direto, buscam criar um movimento de solidariedade e união entre os trabalhadores. Os tecelões verificaram que possuíam duas desvantagens que os impediam de sair da condição de miséria: dependiam dos industriais para poder trabalhar e dos comerciantes para poder adquirir provisões. Compreendidas as desvantagens, o grupo elaborou um plano para superá-las. A estratégia consistia em criar uma reserva coletiva, para qual cada um dos tecelões contribuiria com uma pequena quantia de seus salários, até que conseguissem quantia suficiente para montar um armazém, adquirir provisões e superar a desvantagem que possuíam em relação aos comerciantes. Esse processo durou alguns anos, até que fosse possível alugar um local para o armazém e comprar os primeiros suprimentos. O grupo então criou uma série de regras para a gestão do armazém, para incentivar novas associações, e o consumo no armazém dos associados, mesmo que esse inicialmente oferecesse produtos de menor qualidade

que os armazéns já estabelecidos. Esse sacrifício era necessário para que os recursos circulassem dentro da associação, fortalecendo-a. A estratégia adotada pelos Tecelões de Rochdale foi muito frutífera, e apesar dos sacrifícios iniciais a associação cresceu, tornando-se também capaz de gerar trabalho para os associados. Das regras elaboradas pelos tecelões, desenvolveram-se os Princípios Cooperativistas, que foram utilizados para a construção de empreendimentos similares em outras partes do mundo.

Atualmente o cooperativismo é um modelo organizacional difundido por dezenas de países, que possui suas federações nacionais e diversas associações cooperativistas. A entidade internacional mais ativa na defesa dos princípios cooperativistas é a Aliança Cooperativista Internacional, criada em 1985, é uma “confederação internacional de organizações cooperativistas” (Drimer & Drimer, 1981: 388), congregando 272 federações e confederações de cooperativas de 94 países. A Aliança Cooperativista Internacional também assume para si, a partir de 1930, a função de conservar e atualizar os princípios cooperativistas, considerados a base da identidade desse movimento. Os princípios cooperativistas passaram por três revisões em 1930, 1966, e 1995, procurando atualizar as regras criadas pelos Tecelões de Rochdale às realidades de sua época. Além da atualização dos princípios cooperativistas, a Aliança Cooperativista Internacional também realiza diversos estudos, que procuram levantar os principais desafios para a defesa do cooperativismo, propondo estratégias para a sua superação. Com base no último estudo realizado pela Aliança Cooperativista Internacional, em 2015, elaborou-se o quadro a seguir, que será utilizado nesse estudo como base para caracterizar a identidade cooperativista:

Quadro 03 – Síntese dos princípios cooperativistas

<p>1º Princípio: Associação aberta e voluntária: Cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas capazes de utilizar seus serviços e que desejam aceitar as responsabilidades da associação, sem discriminação de gênero, de raça, política, social ou religiosa;</p>
<ul style="list-style-type: none"> a) Não deve existir nenhum tipo de discriminação em relação às pessoas que desejam tornar-se associadas e todas devem ser tratadas com igualdade; b) A associação deve ocorrer por vontade própria, sem pressões para que pessoas se tornem associadas, como pressões estatais ou econômicas; c) Limitações à filiação somente podem ocorrer quando as cooperativas não consigam atender um número maior de membros sem prejudicar as finalidades da sua criação; d) Os membros devem estar dispostos a assumir responsabilidades em relação às cooperativas;
<p>2º Princípio: Controle democrático dos membros: Cooperativas são organizações democráticas controladas pelos seus membros, que participam ativamente na definição das políticas e nas tomadas de decisão. Homens e mulheres servindo como representantes eleitos são responsáveis perante os membros. Em cooperativas primárias os membros possuem direitos de votos iguais (um membro, um voto) e cooperativas em outros níveis também são organizadas de uma forma democrática.</p>
<ul style="list-style-type: none"> a) Uma cooperativa deve ser administrada na forma de uma democracia deliberativa e participativa, em que a autoridade última pertence aos seus associados; b) Representantes eleitos, assim como executivos e funcionários, devem trabalhar em prol dos objetivos dos associados; c) Regras de boa governança devem ser aplicadas para garantir que o controle democrático pelos associados seja real e efetivo, para melhorar os níveis de participação, para oferecer transparência, e garantir que os membros eleitos reflitam a diversidade das associações;
<p>3º Princípio: Participação econômica dos membros: Os cooperados contribuem de forma igualitária para a formação do capital de sua cooperativa, e controlam esse capital democraticamente. Ao menos parte do capital normalmente é propriedade comum dos cooperados. Membros normalmente não recebem</p>

<p>compensação ou recebem uma compensação limitada pelo capital subscrito como condição para a associação. Membros alocam os recursos excedentes para qualquer um dos seguintes propósitos: desenvolver a sua cooperativa, criando reservas, que serão ao menos parcialmente indivisíveis; beneficiando membros na proporção de suas transações com a cooperativa; e prestando suporte a outras atividades aprovadas pelos membros.</p>
<ul style="list-style-type: none"> a) A estrutura de uma cooperativa deve ser construída de forma que o capital reunido esteja a serviço das pessoas e do trabalho e não essas em função do capital; b) Uma quota de membro é a quantia necessária para associar-se e ter direito a voto, os associados poderão contribuir para o capital da cooperativa de outras formas que não geram direito a voto; c) Remuneração das contribuições de capital pode ocorrer ou não; entretanto, caso ocorram o fazem de forma limitada; d) O patrimônio de uma cooperativa deve ser indivisível, sendo os associados somente guardiões desse patrimônio para as gerações futuras, em um modelo de <i>usufrutus</i>; e) Os recursos excedentes devem ser utilizados para: o desenvolvimento da cooperativa; oferecer retorno aos associados na proporção de suas utilizações da cooperativa; atividades que reforcem os laços da cooperativa com suas comunidades, como atividades sociais, culturais e educativas; e criação de reservas, sendo ao menos parte dessas indivisíveis.
<p>4º Princípio: Autonomia e independência: Cooperativas são organizações de ajuda-mútua e autônomas controladas por seus membros. Caso elas entrem em acordo com outras organizações, incluindo governos, ou levantem capital de fontes externas elas o fazem de forma a garantir o controle democrático por seus membros e manter a autonomia de sua cooperativa.</p>
<ul style="list-style-type: none"> a) As cooperativas devem engajar-se com governos e legisladores com o objetivo de criar um ambiente legal, financeiro e administrativo favorável ao desenvolvimento das cooperativas; b) As cooperativas devem buscar o apoio dos governos locais, entretanto, os acordos não devem tirar o controle e autonomia das mãos dos associados; c) Ao administrar as relações comerciais que sustentarão o desenvolvimento das cooperativas é importante que essas não se tornem dependentes de poucos grandes clientes, de forma a colocar em risco sua autonomia; d) O capital para as operações das cooperativas deve ser preferencialmente levantado entre os próprios associados, com instituições cooperativistas, por títulos e investidores sociais, e somente por último com bancos comerciais e instituições financeiras. No último caso, esses acordos devem ser realizados de forma que preservem a autonomia das cooperativas.
<p>5º Princípio: Educação, treinamento e informação: Cooperativas provêm educação e treinamento para seus membros, representantes eleitos, administradores e funcionários para que esses possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de sua cooperativa. Informam o público geral, particularmente os jovens e líderes de opinião, sobre a natureza e os benefícios da cooperação.</p>
<ul style="list-style-type: none"> a) A educação em seu sentido mais amplo, extrapolando os conhecimentos específicos ao empreendimento, trazendo educação que torne aos membros autoconfiantes também em outros aspectos de suas vidas, deve ser considerada pelas cooperativistas como um valor fundamental para a transformação da vida dos seus associados e da sua comunidade; b) Treinamentos e capacitações devem ser realizados visando o desenvolvimento das cooperativas, assim como para que os jovens e grupos que não estejam sendo representados nos cargos eletivos sejam capacitados para o exercício futuro destes; c) É importante que o público em geral seja educado e informado sobre os benefícios da cooperação, ajudando a aumentar a consciência sobre o papel e potencial do cooperativismo.
<p>6º Princípio: Cooperação entre cooperativas: Cooperativas servem seus membros de forma eficiente e fortalecem o movimento cooperativista, com trabalho em estruturas locais, nacionais, regionais e internacionais.</p>
<ul style="list-style-type: none"> a) Cooperativas devem atuar apoiando outras cooperativas comercialmente e financeiramente, visando

<p>o fortalecimento do setor cooperativista como um todo;</p> <p>b) A criação de estruturas de apoio às cooperativas e comunidades, como federações e cooperativas prestadoras de serviços, é uma forma importante dessa cooperação;</p> <p>c) A utilização da identidade cooperativista compartilhada promove a proteção e propagação dessa identidade.</p>
<p>7º Princípio: Preocupação com a comunidade: Cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável de suas comunidades em políticas aprovadas por seus membros.</p>
<p>a) Cooperativas são organizações com fortes vínculos com as comunidades em que atuam, e auxiliam no desenvolvimento destas em setores que vão além do econômico, incluindo também preocupações sociais e ambientais;</p> <p>b) Estão intrínsecos aos valores de uma cooperativa a responsabilidade de combater a pobreza e a desigualdade de riquezas, tanto em países emergentes como em países desenvolvidos.</p>

Fonte: Adaptado de ACI (2015)

3. Procedimentos metodológicos

Para este estudo procuramos selecionar uma amostra de publicações que pudesse ser representativa das pesquisas sobre o cooperativismo, especialmente de um ponto de vista qualitativo. Neste sentido, adotamos a plataforma SciElo como a fonte das publicações para compor nossa amostra, que foi construída a partir das seguintes etapas: a) pesquisa pela palavra-chave “cooperativismo”; b) exclusão de artigos que não pertenciam a revistas de ciências da administração; c) exclusão de artigos que tratavam da cooperação em sentido amplo, e não como modelo organizacional. A amostra final resultou em 29 artigos, com datas de publicação que variaram de 1999 a 2016, publicados em periódicos classificados dentro da área da Capes para os cursos de “administração, ciências contábeis e turismo”, com Qualis variando entre A2 e B1, no quadriênio 2013-2016.

Os artigos foram examinados individualmente, procurando identificar: em primeiro lugar, as principais temáticas com as quais dialogavam; em segundo lugar, o tratamento dado às temáticas identificadas, se estava alinhado aos princípios cooperativistas (vinculação positiva), ou se estava alinhado ao gerencialismo (vinculação negativa).

Os resultados foram sintetizados em uma tabela, na qual é possível observar detalhadamente como as vinculações foram feitas. Na última seção, procurou-se apresentar reflexivamente os principais problemas identificados nas publicações classificadas como gerencialistas.

4. Resultados

A seguir apresentaremos uma tabela que sintetiza o exame dos artigos da amostra. Dos 29 artigos que compõem a amostra, 23 foram vinculados positivamente com os princípios cooperativistas, 5 foram vinculados negativamente, como gerencialistas, e 1 foi classificado como neutro, por tratar-se de uma revisão de bibliográfica.

A partir da tabela é possível verificar quais temáticas têm despertado maior interesse por parte dos pesquisadores. Também é possível inferir eventuais conflitos, uma vez que existem temáticas predominantes em ambos os lados das vinculações, e algumas delas coincidem, embora tomem direções opostas em relação aos valores que defendem.

Tabela 01 – Classificação dos Artigos em Relação aos Princípios Cooperativistas

Autores	Vinculação com quais princípios? Positiva	Vinculação com quais princípios? Negativa	Vinculação geral do artigo.
Cruzio (1999)	1º b); 2º a), b), c); 3º a); 4º a); 7º a)		POSITIVA
Sato (1999)	2º a)	-	-
Bressan, Braga & Lima (2002)	4º c), d)	3º a), e)	POSITIVA
Favero & Eidelwein (2004)	5º a), b), c); 7º a)		POSITIVA
Bressan, Braga & Lima (2004)	4º d); 6º a), b)		POSITIVA
Bunchaft & Gondim (2004)	2º a); 5º a); 6º b); 7º a), b)		POSITIVA
Ide (2005)	revisão de literatura		-
Gimenes & Gimenes (2006)		3º a); 4º d)	NEGATIVA
Scopinho (2007)	1º b); 4º a), b); 6º b); 7º b)		POSITIVA
Oliveira (2007)	1º b), d); 2º a), b), c); 4º a); 7º b)		POSITIVA
Lima & Gomez (2008)	1º d); 2º a), b), c); 5º a), b); 7º a), b)		POSITIVA
Gimenes & Gimenes (2008)		3º a); 4º d)	NEGATIVA
Marschall (2009)	4º c); 7º a), b)		POSITIVA
Santos & Deluiz (2009)	1º d); 5º a); 7º a), b)		POSITIVA
Azambuja (2009)	1º a); 2º a)	1º d); 5º a), c)	NEGATIVA
Moreira, Barreiros & Protil (2010)		2º a), b); 3º a); 4º d)	NEGATIVA
Barreto, Paula & Gontijo (2010)	4º a), b); 7º a), b)		POSITIVA
Morais, Lanza, Santos, & Pelanda (2011)	2º a), c)		POSITIVA
Monje-Reyes (2011)	2º a); 3º a); 4º b); 7º a)		POSITIVA
Pires (2011)	4º b), c); 6º b); 7º a), b)		POSITIVA
Costa, Azevedo & Chaddad (2012)		2º a)	NEGATIVA
Gaiger (2013)	2º c); 3º a); 4º a)		POSITIVA
Alcântara (2014)	2º a); 4º a); 5º c)		POSITIVA
Magni & Günther (2014)	2º a); 4º b); 7º b)		POSITIVA
Costa, Amorim Júnior & Silva (2015)	4º a); 5º b); 6º b); 7º a), b)	4º b)	POSITIVA
Estevam, Salvaro & Busarello (2015)	4º b), c); 6º b); 7º a)		POSITIVA
Silva, Dias & Amorim Júnior (2015)	2º a); 3º a); 4º a), b); 7º a), b)		POSITIVA
Silva, Bolson & Ferrigoti (2016)	2º a); 4º b), c); 7º a), b)		POSITIVA
Fernandes & Pires (2016)	2º a); 7º a), b)		POSITIVA

Fonte: Elaboração própria.

Em relação às **vinculações positivas**, pode-se verificar que as temáticas que mais têm despertado o interesse dos pesquisadores estão relacionadas com: o 2º princípio - *controle democrático dos membros*; o 4º princípio - *autonomia e independência*; e o 7º princípio - *preocupação com a comunidade*; Em relação às **vinculações negativas**, pode-se verificar que as temáticas que mais têm despertado o interesse dos pesquisadores estão relacionadas com: o 2º princípio - *controle democrático dos membros*; e o 4º princípio - *autonomia e independência*.

Portanto, verifica-se que existe um conflito mais evidente ao menos em relação ao 2º princípio, e ao 4º princípio. De uma forma geral, poder-se-ia afirmar que enquanto os artigos vinculados positivamente defendem a autogestão, e estratégias de comercialização e financiamento que garantam a autonomia e independência das cooperativas; os artigos vinculados negativamente possuem uma visão burocrática e instrumental da gestão, descrevendo os gestores como hierarquicamente superiores aos cooperados, defendendo a profissionalização da gestão, o enfoque na comercialização de produtos mais rentáveis em detrimento das culturas tradicionais, e a abertura ao mercado financeiro como forma de aumentar o acesso das cooperativas a fontes mais acessíveis de financiamento. Esses problemas e conflitos serão explorados de forma mais detalhada na próxima seção.

4.1 Dos principais problemas identificados

Os artigos vinculados negativamente aos princípios cooperativistas demonstraram interesse principalmente em questões centrais ao 2º princípio - controle democrático dos membros e ao 4º princípio - autonomia e independência. Esses dois princípios também foram foco do interesse dos artigos vinculados positivamente aos princípios cooperativistas. Entretanto, as escolhas tomam caminhos opostos: enquanto os primeiros se preocupam com a otimização das gestões administrativa e financeira das cooperativas; os segundos se preocupam com o fortalecimento das dinâmicas deliberativas, e com o fortalecimento da estrutura de apoio do Estado às cooperativas.

À primeira vista a preocupação com a otimização das gestões administrativa e financeira das cooperativas pode não parecer tão problemática, mas é necessário investigar os sentidos adotados no que se refere à “otimização”; quando assim se procede, percebe-se que estes sentidos colidem com os valores de controle democrático e autonomia das cooperativas. Procuraremos detalhar isso a seguir.

Os problemas que se referem ao financiamento são relevantes para qualquer organização inserida em uma sociedade centrada no mercado. Isso não é diferente para as cooperativas. Assim como não é falso que muitas cooperativas enfrentam dificuldades financeiras. Gimenes & Gimenes (2006; 2008) propõem soluções radicais para esse problema, a abertura do capital das cooperativas, como forma de acessar recursos financeiros mais baratos. Não é difícil perceber como a abertura do capital das cooperativas afeta a autonomia dessas organizações. Criadas com um propósito de proteger os cooperados dos efeitos negativos causados pela sociedade centrada no mercado, com a abertura do capital, as cooperativas seriam reinseridas no ciclo de dependência do qual escapar foi o propósito de sua própria criação. Não é sem razão que experiências como essa levaram cooperativas a perder seu controle, que passou para mãos de acionistas (Bialoskorski, 2013). A solução para os problemas financeiros das cooperativas não pode ser de tal forma que desmobilize as próprias bases daquilo que as torna o que são. Não se podem adotar soluções baseadas somente sobre uma racionalidade instrumental, desconsiderando os aspectos da racionalidade substantiva, que envolvem os valores éticos, subjetivos e culturais das cooperativas. Nesse sentido, seria mais frutífero que os estudos investigassem formas de melhorar o financiamento, que permitissem às cooperativas manter suas identidades, como, por exemplo, a ajuda mútua intercooperativas, o apoio dos bancos cooperativistas, o fortalecimento das reservas em detrimento à distribuição de sobras líquidas, o apoio do Estado com incentivos econômicos, entre outras opções que possam melhorar a saúde financeira das cooperativas, sem desconstruir suas identidades.

Um segundo problema diz respeito à denominação do cooperativismo como uma “doutrina”, o que ocorre também em artigos que procuram defender a identidade cooperativista. Conforme explica Morin (2011: 165) o termo “doutrina” remete a um sistema de ideia fechado em si mesmo, dogmático, que recusa toda crítica. Isso não é uma verdade sobre o cooperativismo, que vem reformulando-se durante o seu mais de um século e meio de existência para adaptar-se aos desafios de sua época, adotando ainda diversos valores de abertura e mudança de paradigmas sociais em sua história. Sob a justificativa do combate a essa “doutrinação”, Azambuja (2009) elabora fortes críticas à educação para os valores cooperativistas. O autor defende que os valores das cooperativas devem emergir dos próprios cooperados, e não dos valores históricos do cooperativismo. Ao que parece, entretanto, essa dicotomia entre educação para os valores cooperativistas, e construção de valores pelos próprios cooperados, não deveria de fato existir, uma vez que os próprios princípios cooperativistas designam aos cooperados, de forma deliberativa, o poder último sobre suas próprias escolhas. Não se pode ignorar, porém, que o gerencialismo possui um forte enraizamento cultural na sociedade contemporânea, portanto, colocar-se contra o papel das cooperativas na divulgação e defesa de seus valores, torna-se uma forma de fortalecer o gerencialismo, pelo silenciamento de pensamentos destoantes daqueles instituídos na sociedade mercadocêntrica.

Um terceiro problema se relaciona com as escolhas produtivas adotadas pelas cooperativas. De acordo com os valores do cooperativismo, essas escolhas levam em conta os vínculos culturais e tradicionais dos cooperados, e não somente as oscilações mercadológicas dos preços dos produtos. Portanto, alinhado com o que pensa Guerreiro Ramos (1989), as cooperativas precisariam ser tratadas como isonomias, considerando em suas decisões os efeitos sobre diversos enclaves sociais, para além do enclave econômico. Moreira, Barros & Protil (2011) caminham no sentido inverso desses valores, propondo que as cooperativas agrícolas determinem suas produções segundo uma “fronteira de eficiência”, construída com base na demanda e nos preços dos produtos agrícolas. A proposta dos autores levaria inevitavelmente ao abandono de grande parte das culturas locais e tradicionais pela produção de *commodities*, que apresentam uma maior estabilidade nos preços, assim como uma maior rentabilidade média no longo prazo. A sua proposta submeteria a produção às pressões da lógica financeira, como é típico do gerencialismo, conforme procuramos caracterizar na segunda seção deste estudo. Ademais, se a estatística aponta a *comoditização* como forma de aumentar os retornos e diminuir os riscos para as cooperativas, ignora possibilidades de agregação de valor pela diversificação, estratégia pela qual a manutenção da cultura e das tradições pode desempenhar um grande diferencial. A valorização das produções com fortes características culturais e tradicionais tem sido aplicada com muito sucesso, por exemplo, pelas cooperativas francesas (Pires, 2011). A redução da investigação científica somente àquilo que é mensurável pode conter grandes armadilhas, como a eliminação de potencialidades que a quantificação não é capaz de identificar *a priori*.

A aplicação de uma modelagem matemática não fornece os meios para refletir sobre as origens e sobre as significações desses modelos. Os instrumentos que parecem ser os mais “objetivos”, como os quadros de organização, os balanços de atividades, os dados financeiros, induzem hábitos, esquemas mentais e comportamentos. Eles modelam a realidade conforme normas preestabelecidas, que se tornam indiscutíveis. Isso explica sua onipotência e a pequena quantidade de críticas de que é objeto por parte dos agentes que sofrem seus efeitos. [...] (Gaulejac, 2007: 101).

Um último problema identificado nesse estudo diz respeito à profissionalização da gestão das cooperativas. A crescente competitividade do mercado tem pressionado as cooperativas a contratar gestores profissionais mais preparados para lidar com esse desafio. Neste sentido, Costa, Azevedo & Chaddad (2012) investigam determinantes capazes de estimular os cooperados a delegar com mais facilidade as responsabilidades pela administração das cooperativas aos gestores profissionais.

Entretanto, entregar o controle das cooperativas para classes tecnoburocráticas, em nome da *expertise*, parece refletir características marcadamente gerencialistas. Tragtenberg (2006) alerta para os perigos que a dominação tecnoburocrática pode exercer sobre as organizações, em nome da *expertise* podem aumentar seu controle decisório e, em pouco tempo, o que antes se tratava de uma ferramenta de controle torna-se um mecanismo de dominação. Portanto, para além da simples delegação, é importante que as cooperativas desenvolvam estratégias para manter a decisão sob o controle deliberativo de seus membros. Destaca-se, especialmente, a decisão de que sejam implementadas estratégias de capacitação dos próprios cooperados para as técnicas de gestão, em vez da delegação de atividades administrativas para atores externos às comunidades.

5. Considerações finais

A proposta desse estudo foi o de examinar as influências do gerencialismo nos estudos sobre o cooperativismo em periódicos da área das ciências da administração. Para alcançar esse objetivo procurou-se, em primeiro lugar, caracterizar o gerencialismo a partir de uma aproximação entre ideias de Maurício Tragtenberg, Alberto Guerreiro Ramos e Vicent de Gaulejac; em segundo lugar, procurou-se caracterizar a identidade cooperativista, a partir da sua história e seus princípios; em seguida, procurando identificar se (e, em caso afirmativo, como) as tendências gerencialistas suprimiam a identidade cooperativista, nos artigos da amostra; por fim, apresentamos os resultados, e procuramos discutir os principais problemas identificados no estudo.

A amostra do estudo foi composta por 29 artigos de periódicos indexados no portal SciELO, com classificações Qualis-CAPES entre A2 e B1, quadriênio 2013-2106. Essa escolha ocorreu por considerarmos que tais periódicos exercem grande influência sobre a produção acadêmica das ciências da administração, propagando abordagens que afetam o meio acadêmico, as organizações, as políticas públicas, assim como outras instituições que possam de alguma forma dialogar com o cooperativismo.

Dos 29 artigos da amostra, 23 foram vinculados positivamente com os princípios cooperativistas, 5 vinculados negativamente com os princípios cooperativistas (portanto, considerados gerencialistas), e 1 foi considerado neutro (por tratar-se de uma revisão de bibliografia). Apesar dos artigos gerencialistas representarem uma porção menor da amostra, o resultado é preocupante, representando a força do gerencialismo ao avançar até mesmo sobre organizações que se contrapõem explicitamente à sua ideologia.

Como limitações do estudo, compreende-se que se trata de uma amostra limitada da produção acadêmica sobre o cooperativismo, e que investigações mais amplas, que incluam também as publicações em eventos, e em periódicos indexados de outras plataformas, podem revelar outros aspectos da problemática. Em relação às contribuições do estudo para o campo dos estudos organizacionais, compreende-se que a identificação clara de diversas tendências do gerencialismo nos estudos sobre o cooperativismo ajuda a tornar mais objetivos os questionamentos sobre a influência negativa do gerencialismo na construção das identidades de modelos organizacionais que se diferenciam das EML. Para futuros estudos, sugere-se que alguns dos problemas específicos identificados nos artigos gerencialistas, como: a financeirização das cooperativas; e as relações entre cooperados e gestores profissionais, sejam estudados em maior profundidade.

Referências

ACI (2015). *The guidance notes on the co-operative principles*. Recuperado de: <http://ica.coop/en/blueprint-themes/identity/guidancenotes>

Alcântara, F. H. C. (2014). O Cooperativismo segundo o direito e a sociologia do trabalho. *Organizações & Sociedade*, 21(68), 937-956. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302014000100010>

Alves-Mazzotti, A. J., y Gewandsznejder, F. (2002). *O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa*. São Paulo, Brasil: Pioneira Thomson Learning.

Azambuja, L. R. (2009). Os valores da economia solidária. *Sociologias*, 11(21), 282-317. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222009000100012>

Barreto, R. O., Paula, A. P. P. y Gontijo, F. M. C. (2010). As limitações das políticas de habitação portuguesas: reflexões sobre a importância da intersectorialidade. *Cadernos EBAPE.BR*, 8(4), 627-643. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512010000400005>

Bialoskorski Neto, S. (2013). Tendências do cooperativismo agropecuário no mundo e os desafios para o Brasil. *Observatório do Cooperativismo USP-FEARP-OCB*. Retirado de: <http://www.ocbms.org.br/noticia/tendencias-do-cooperativismo-agropecuario-no-mundo-e-os-desafios-para-o-brasil/3255/>

Bressan, V. G. F.; Braga, M. J. y Lima, J. E. (2002). Avaliação de estratégias financeiras das cooperativas de cafeicultores do estado de Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 40(4), 769-788. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032002000400002>

Bressan, V. G. F.; Braga, M. J. y Lima, J. E. (2004). Análise de Insolvência das cooperativas de crédito rural do estado de Minas Gerais. *Estudos Econômicos*, 34(3), 553-585. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612004000300006>

Bunchaft, A. F. y Gondim, S. M. G. (2004). Grupos focais na investigação qualitativa da identidade organizacional: exemplo de aplicação. *Revista de Estudos de Psicologia*, 21(2), 63-77. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2004000200005>

Chanlat, J-F. (2000). *Ciências sociais e management: reconciliando o econômico e o social*. São Paulo, Brasil, Editora Atlas.

Costa, D. R. M.; Azevedo, P. F. y Chaddad, F. R. (2012). Determinantes da separação entre propriedade e gestão nas cooperativas agropecuárias brasileiras. *Revista de Administração*, 47(4), 581-595. DOI: <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1060>

Costa, B. A. L.; Amorim Júnior, P. C. G. y Silva, M. G. (2015). As cooperativas de agricultura familiar e o mercado de compras governamentais em Minas Gerais. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(01), 109-126. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301006>

Crúzio, H. O. (1999). Por que as cooperativas agropecuárias e agroindustriais brasileiras estão falindo? *Revista de Administração de Empresas*, 39(2), 18-26. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0034-75901999000200003>

Drimer, A. K. y Drimer, B. (1981). *Las cooperativas*. Buenos Aires, Argentina: Intercoop Editora Cooperativa Limitada.

Estevam, D. O.; Salvaro, G. I. J. y Busarello, C. S. (2015). Espaços de produção e comercialização da agricultura familiar: as cooperativas descentralizadas do Sul Catarinense. *Interações*, 16(2), 289-299. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/151870122015205>.

Favero, E. y Eidelwein, K. (2004). Psicologia e cooperativismo solidário: possíveis (des)encontros. *Psicologia & Sociedade*, 16(3), 35-40. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822004000300005>

Fernandes, J. R. S. y Pires, J. (2016). Metas de produção em cooperativas de recicláveis: tensões entre ambientes cooperativo e atuação competitiva. *Interações*, 17(2), 184-192. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/1984042X2016203>

França Filho, G. C. y Laville, J-F. (2004). *Economia solidária: uma abordagem internacional*. Porto Alegre, Brasil: Editora da UFRGS.

França Filho, G. C. y Laville, J-F. (2004a). Para um olhar epistemológico da administração: problematizando o seu objeto. Em Santos, R. S. *Administração política como campo do conhecimento* (pp. 119-143). São Paulo-Salvador, Brasil: Edições Mandacaru-Fundação Escola de Administração Universidade Federal da Bahia.

Frantz, W. (2012), *Associativismo, cooperativismo e economia solidária*. Rio Grande do Sul, Brasil: Editora Unijuí.

Gaiger, L. I. (2013). A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo. *RBCS*, 28(82).

Gaiger, L. I. (2016). *A descoberta dos vínculos sociais: os fundamentos da solidariedade*. São Leopoldo, Brasil: Editora UNISINOS.

Gaulejac, V. (2012). *Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo, Brasil: Ideias & Letras.

Gimenes, R. M. T. y Gimenes, F. M. P. (2006). Cooperativismo agropecuário: os desafios do financiamento das necessidades líquidas de capital de giro. *Revista de Economia Contemporânea*, 10(2), 389-410. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482006000200007>

Gimenes, R. M. T. y Gimenes, F. M. P. (2008) Aplicabilidade da análise dinâmica do capital de giro como instrumento de avaliação da gestão financeira em cooperativas agropecuárias. *Revista de Economia Contemporânea*, 12(1), 129-150. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482008000100005>

Guerreiro Ramos, A. (1981). *The new Science of organizations: a reconceptualization of the wealth of nations*. University of Toronto Press.

Guerreiro Ramos, A. (1983). A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. *Revista de Administração Pública*, 17(1), 5-31.

Guerreiro Ramos, A. (1989) *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora da Fundação Getúlio Vargas.

Henderson, H. (2007). *Mercado ético: a força do novo paradigma empresarial. (Contribuição de Simran Sethi)*. São Paulo, Brasil: Cultrix.

Holyoake, G. J. (1933). *Os 28 tecelões de Rochdale*. Rio de Janeiro, Brasil: GB.

Ide, R. M. (2005). Uma análise dos diferentes tipos de cooperativismo na perspectiva construcionista. *Psicologia & Sociedade*, 17(2), 70-78. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822005000200010>

Klaes, L. S. (2005). *Cooperativismo e ensino a distância*. (Doutorado em Engenharia de Produção). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Lima, S. M. y Gomez, C. M. (2008) Construtores de casa e artífices da cidadania: modos cooperativos de trabalhar e viver. *Trabalho Educação e Saúde*, 6(2), 321-340. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462008000200007>

Magni, A. A. C. y Günther, W. M. R. (2014). Cooperativas de catadores de materiais recicláveis como alternativa à exclusão social e sua relação com a população de rua. *Saúde e Sociedade*, 23(1), 146-156. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-12902014000100011>

Marschall, C. R. (2009). Motivações para o cooperativismo na pequena propriedade. *Organizações e Sociedade*, 16(49), 287-306. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-92302009000200005>

Monje-Reyes, P. (2011). Economía solidaria, cooperativismo y descentralización: la gestión social puesta em práctica. *Cadernos EBAPE.BR*, 9(3), 704-723. ISSN 1679-3951. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512011000300003>

Morais, E. E.; Lanza, F.; Santos, L. M. L. y Pelanda, S. S. (2011). Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. *Serviço Social & Sociedade*, 105, 67-88. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282011000100005>

Moreira, V. R.; Barreiros, R. F. y Protil, R. M. (2011). Portfólio de produção agropecuária e gestão de riscos de mercado nas cooperativas do agronegócio paranaense. *Revista de Administração FEA-USP*, 46(4), 325-341. DOI: <http://dx.doi.org/10.5700/rausp1015>

Morin, E. (2011). *O Método 4, as ideias: habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre, Brasil: Sulina.

Oliveira, F. (2007) Os sentidos do cooperativismo de trabalho: as cooperativas de mão-de-obra à luz da vivência dos trabalhadores. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 75-83. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400011>

Singer, P. (2000). *A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo, Brasil: Contexto.

- Singer, P. (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo, Brasil: Fundação Perseu Abramo.
- Petitfils, J-C. (1977). *Os socialismos utópicos*. São Paulo, Brasil: Círculo do Livro.
- Pires, M. L. L. S. (2011). Cooperativismo e dinâmicas produtivas em zonas desfavorecidas: o caso das pequenas cooperativas agrícolas do Sul da França. *Sociologias*, 13(26), 228-261. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222011000100010>.
- Santos, A. M. M, Deluiz, N. (2009). Economia popular e educação: percursos de uma cooperativa de reciclagem de lixo no Rio de Janeiro. *Trabalho Educação e Saúde*, 7(2), 329-353. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1981-77462009000200008>
- Sato, L. (1999). Djunta-mon: O processo de construção de organizações cooperativas. *Psicologia USP*, 10(2), 219-225. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-65641999000200014>
- Scopinho, R. A. (2007). Sobre cooperação e cooperativas em assentamentos rurais. *Psicologia & Sociedade*, 19(1), 84-94. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000400012>.
- Silva, C. L.; Bolson, C. R. y Ferrigoti, C. M. S. (2016). Tecnologia e inclusão social: Cooperativa Catamare. *Interações*, 17(3), 516-527. DOI: [http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.3\(13\)](http://dx.doi.org/10.20435/1984-042X-2016-v.17-n.3(13)).
- Silva, M. G.; Dias, M. M. y Amorim Júnior, P. C. G. (2015). Mudanças organizacionais em empreendimentos de agricultura familiar a partir do acesso ao Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 53(2), 289-304. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005302006>
- Tragtenberg, M. (2006). *Burocracia e ideologia*. São Paulo: Ed. UNESP
- Tragtenberg, M. (1986). *Reflexões sobre o socialismo*. São Paulo, Brasil: Moderna.
- Vegara, S. C. (2012). *Método de pesquisa em administração*. São Paulo, Brasil: Editora Atlas.
- Yunus, M. (2008). *Um mundo sem pobreza: a empresa social e o futuro do capitalismo*. São Paulo: Ática

Enviado: 25/10/2019
Aceptado: 18/02/2021

Cómo citar este artículo:

Kawakami Tristão, K Tristão, L. K. y Boeira, S. L (2021). Gerencialismo nas pesquisas sobre o cooperativismo nas ciências da administração. *Otra Economía*, 14(25), 38-58